



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

DANIELE LARISSE DE ANDRADE SANTOS

**O ARQUIVO DO JORNAL “O DIÁRIO DE NATAL”: PROPOSTAS PARA A
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POTIGUAR**

NATAL/RN

2018.1

DANIELE LARISSE DE ANDRADE SANTOS

**O ARQUIVO DO JORNAL “O DIÁRIO DE NATAL”: PROPOSTAS PARA A
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POTIGUAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Antônia de Freitas Neta

Coorientador: Prof. Me. Francisco de Assis Norberto Galdino de Araújo

NATAL/RN

2018.1

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Santos, Daniele Larisse de Andrade.

O arquivo do jornal "o Diário de Natal": PROPOSTAS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POTIGUAR / Daniele Larisse de Andrade Santos. - 2018.

46f.: il.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências da Informação. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof.^a Me. Antônia de Freitas Neta.

Coorientador: Prof. Me. Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo.

1. Práticas de preservação - Monografia. 2. Jornal Diário de Natal - Memória. 3. Ciência da Informação - Monografia. 4. Preservação da informação - Monografia. I. Neta, Antônia de Freitas. II. Araújo, Francisco de Assis Noberto Galdino de. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

DANIELE LARISSA DE ANDRADE SANTOS

**O ARQUIVO DO JORNAL “O DIÁRIO DE NATAL”: PROPOSTAS PARA A
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POTIGUAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Antônia de Freitas Neta

Coorientador: Prof. Me. Francisco de Assis Norberto Galdino de Araújo

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Professora. Ma. Antônia de Freitas Neta
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Professor Dr. Pedro Alves Barbosa Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro interno

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Guilherme Coelho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro interno

Dedico aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me capacitar e por ter me dado forças para continuar o início dessa jornada acadêmica. Aos meus pais, Sérgio Luiz e Maria Bernadete pelo constante apoio e paciência comigo, ao meu irmão Daniel Luiz pelos conselhos, e a sua esposa Monique Montenegro. Agradeço ao meu namorado Itanathan Kenneth pelo apoio, pela paciência, pelos conselhos em meus momentos de desespero, e principalmente pelo seu empenho em sempre me ajudar. Minha gratidão às minhas amigas Flávia Alves e Juliana Endlich por me ajudarem no momento que mais precisei, saibam que vocês também foram essenciais para a minha conquista. Por falar em amigas, também não posso deixar de agradecer as meninas do “Club” Jéssica Gadelha e Aline Cristina, pelo companheirismo no estágio e pelas conversas tomando aquele velho café, com vocês as tardes tornaram-se mais agradáveis e passaram mais rápido!

Agradeço aos bibliotecários da Biblioteca Central Zila Mamede pelos ensinamentos, pelo compartilhamento de experiências profissionais, entre outras coisas boas. Agradeço em especial as bibliotecárias do setor de Informação e Referência, Fernanda Medeiros e Kaline Silva pelo auxílio com a normalização. Também agradeço aos bibliotecários Ithalo de Araújo, Raimundo Muniz e Silvestre Martins, as bibliotecárias Euzébia Muniz e Jackeline Pinheiro – todos são profissionais que pude me espelhar como futura bibliotecária. Agradeço a minha orientadora Antônia de Freitas e ao meu coorientador Francisco de Assis. Também não posso deixar de agradecer ao professor Pedro Neto pelas palavras e incentivo no início da geração deste trabalho. Sou grata ao arquivista João Carlos pela disposição e atenção ao me receber no Museu Câmara Cascudo. Enfim, agradeço aqueles que contribuíram direta e indiretamente nessa trajetória.

A todos vocês o meu muitíssimo obrigada!

A memória é o escriba da alma.

Aristóteles

RESUMO

Desde tempos remotos o homem sente a necessidade de registrar fatos, histórias e memórias. As pinturas rupestres, o papiro, o pergaminho, a invenção da imprensa por Gutenberg, e os atuais computadores comprovam essa necessidade de registrar. O estudo aborda o conceito das seguintes instituições de memória: bibliotecas, arquivos e museus, enfatizando uma delas em específico - o arquivo. Objetiva-se de modo geral, compreender quais são as práticas de preservação documental adotadas pelo arquivo do jornal “O Diário de Natal” para a preservação da memória do estado do Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos da pesquisa compreendem: analisar se são adotadas pelo arquivo as medidas de conservação e restauração para trato do acervo documental; ressaltar a importância da preservação documental para a ciência da informação; evidenciar a preservação da memória potiguar, e por último, conscientizar o público alvo da pesquisa sobre o seu direito ao acesso à informação. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se o método de abordagem indutivo e os métodos de procedimento histórico e monográfico. A partir da metodologia utilizada observou-se que as práticas de preservação não são executadas plenamente. É imprescindível a viabilização de recursos para o arquivo do jornal “O Diário de Natal”, tendo em vista que nele encontra-se um número significativo de documentos que fazem parte da memória do estado. Para isso, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte necessita de parceiros públicos e privados para realizar as devidas melhorias desse valioso acervo.

Palavras-chave: Práticas de preservação. Jornal Diário de Natal - Memória. Ciência da Informação. Preservação da informação.

ABSTRACT

Since ancient times man feels the need to record facts, stories and memories. The cave paintings, the papyrus, the parchment, the invention of the press by Gutenberg, and the current computers prove this need to register. This study approaches the concept of the following memory institutions: libraries, archives and museums, emphasizing one of them in particular - the archive. In general, it is intended to understand the document preservation policies adopted by the archive of the "O Diário de Natal" newspaper for the preservation of the memory of the state of Rio Grande do Norte. The specific objectives of the research include: analyzing whether the measures adopted by the archive are preservation and restoration to deal with the documentary collection; highlight the importance of documentary preservation for information science; evidence the preservation of the potiguar memory, and finally, to raise awareness among the target public of the research about their right to access to information. As methodological procedures, we used the method of inductive approach and the methods of historical and monographic procedure. From the methodology used it was observed that preservation practices are not fully implemented. It is essential to make funds available for the archives of the newspaper "O Diário de Natal", since it contains a significant number of documents that are part of the state's memory. For this, the Federal University of Rio Grande do Norte needs public and private partners to make the necessary improvements of this valuable collection.

Keywords: Preservation practices. Diário de Natal Newspaper - Memory. Information Science. Preservation of information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sala de acondicionamento do arquivo.....	34
Figura 2 – Jornais em processo de degradação.	34
Figura 3 – Parte do acervo de fotografias.....	35
Figura 4 – Armários com corrosão.....	36
Figura 5 – Infiltrações.....	36
Figura 6 – Caixas com fotografias próximas às instalações elétricas.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
C.I.	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ECCO	European Confederation of Conservator – Restorers’ Organisations
L.A.I	Lei de Acesso à Informação
MCC	Museu Câmara Cascudo
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	As instituições de memória	13
2.2	Arquivo	14
2.3	Paradigma custodial e pós-custodial	16
3	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL	20
3.1	Agentes de deterioração	20
3.1.1	Agentes físicos.....	20
3.1.2	Agentes químicos.....	21
3.1.3	Agentes biológicos.....	21
3.1.4	Microrganismos.....	22
3.1.5	Ratos.....	22
3.1.6	Pessoas.....	22
3.2	O conceito de memória em ciência da informação	23
3.3	A preservação da informação e suas correlações com a memória ...	27
4	METODOLOGIA	29
5	RESULTADOS	32
5.1	O acervo do jornal “O Diário de Natal”	32
5.2	Proposta de preservação: o caso do jornal “O Diário de Natal”	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios o homem sente a necessidade de registrar histórias, vivências, emoções e tradições. As pinturas rupestres, as tábuas de argila, os pergaminhos, o papiro, a imprensa de Gutenberg, e os computadores mais modernos da nossa época representam claramente essa necessidade. Os registros são formas de externalizar o conhecimento humano. Se forem conservados adequadamente garantem a preservação da memória, que uma vez preservada possibilita o acesso dos acontecimentos de outrora às gerações vindouras.

Tendo em vista a enorme quantidade de documentos e obras produzidas pela sociedade, somada a necessidade de disponibilizar o acesso aos registros, foram criadas as instituições de memória, elas são disseminadoras do conhecimento humano. São elas: bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, entre outras. Cada uma com funções distintas, porém, com o mesmo objetivo: preservar a memória e disponibilizar o acesso à informação a longo prazo. Essas instituições mantêm sob a sua custódia os mais variados suportes informacionais: livros, fotos, jornais, objetos tridimensionais, documentos de arquivo, entre outros.

No que tange aos documentos, a ação de custódia é realizada desde a antiguidade, até mesmo no período medieval. Consiste na preocupação com o recolhimento do material, guarda e conservação do mesmo. Segundo Silva (2009) devido a necessidade de custódia dos mais diversos materiais informacionais, em meados de 1789 e 1945 gerou-se e consolidou-se o paradigma custodial, visto como função basilar das atividades de arquivistas, bibliotecários e também museólogos. Sucedeu-se que em 1945, condições sociais, políticas, econômicas e tecnológicas levaram a gênese de um paradigma diretamente associado a era da informação, período que demanda soluções rápidas e práticas das necessidades informacionais do homem. Cabe aos profissionais da informação a execução de procedimentos para disponibilizar a informação de maneira mais eficaz (indexação, resumos, índices, catálogos). O paradigma associado a era informacional, é o pós-custodial. Ele melhor corresponde as necessidades da contemporaneidade, além de configurar e impulsionar o caráter transdisciplinar da Ciência da Informação.

De acordo com Le Coadic (1996) a Ciência da Informação foi institucionalizada no início de 1960, período que foi marcado por dois fatores: a explosão documental e o desenvolvimento científico tecnológico. A C.I. se preocupa com as necessidades informacionais dos indivíduos e com a disseminação da informação. Saracevic (1995) a descreve como uma área interdisciplinar por natureza, que tende a buscar conhecimentos em teóricos de outras ciências que possam contribuir tanto para ela, quanto para as áreas com as quais ela se comunica. O ponto de convergência entre a Ciência da Informação e outras ciências é a informação.

Ainda de acordo com Le Coadic (1996) além do seu caráter interdisciplinar a Ciência da Informação é uma ciência de cunho social, pois ela preocupa-se com um problema social concreto: a informação. Ela volta-se para o ser social que busca informações; em atender de forma satisfatória as necessidades informacionais do homem. A Ciência da Informação está sob a tríplice influência do desenvolvimento da produção e das necessidades de informações científicas e técnicas; do surgimento de produtores e hospedeiros de base de dados, satélites e redes de telecomunicação, e do surgimento das tecnologias eletrônicas (analógicas ou digitais), microcomputadores, telas de monitor sensíveis ao toque, fibras ópticas, dispositivos de multimídia, programas de gerenciamento de acervos).

Segundo o autor, as bibliotecas, os centros de documentação, os museus e as instituições culturais em geral, não podiam mais ser apenas depósitos de livros, documentos, objetos e artefatos. Elas tornaram-se depósitos de conhecimentos sobre um assunto, um objeto, lugar de respostas a questões. São verdadeiros meios de comunicação de informações, que atingem um número cada vez maior de pessoas. Essas instituições de memória estão sob o efeito das três categorias de mudanças: culturais, econômicas e tecnológicas.

Tendo em vista a necessidade de preservação da memória, a realização desta pesquisa deu-se a partir do interesse de analisar as práticas de preservação adotadas pelo arquivo do jornal "O Diário de Natal", que atualmente encontra-se sob custódia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A adoção das medidas de preservação documental, garante a preservação de parte da memória do estado do Rio Grande do Norte que está registrada no acervo do arquivo. A salvaguarda dos materiais informacionais que compõem o arquivo é de suma importância para que a população tenha acesso à informação de fatos ocorridos em outrora.

A pesquisa ressaltará a importância da preservação documental a partir da análise das medidas adotadas no arquivo do jornal “O Diário de Natal”. À medida que as práticas de preservação forem executadas plenamente, isso contribuirá para o crescimento de áreas como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e de uma área mais abrangente: a Ciência da Informação. Pois a preservação documental realizada efetivamente garante também a preservação da informação – disseminada por ambas as áreas. Quando o homem busca preservar a memória, seja ela representada em papel ou esculpida em forma de patrimônio, ele garante que outras gerações tenham acesso a fatos ocorridos em tempos longínquos e recentes.

A princípio entende-se o arquivo do jornal “O Diário de Natal” como instituição que busca por preservar a memória do estado do Rio Grande do Norte. Se o conjunto de políticas de preservação for executado plenamente, isso garantirá a preservação de toda uma memória: individual, coletiva, social e institucional. Além de resguardar a história do povo potiguar: suas tradições, costumes, o modo de vida da população em determinada época. As medidas de preservação resultarão diretamente na formação cultural cidadã, tendo em vista que elas visam salvaguardar a memória do Rio Grande do Norte. E a memória por sua vez, garante o acesso à (in)formação da população. A pesquisa apresenta como objetivo geral, analisar quais são as práticas de preservação documental adotadas pelo arquivo do jornal “O Diário de Natal” para a preservação da memória do estado do Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa são:

- Analisar se são adotadas pelo arquivo do jornal “O Diário de Natal”, as medidas de: Conservação e Restauração para trato do acervo documental;
- Ressaltar a importância da preservação documental para a Ciência da Informação;
- Evidenciar a importância da preservação da memória potiguar como contribuinte para a formação cultural cidadã.

Este trabalho apresenta-se em cinco capítulos. O capítulo um consiste na introdução. No capítulo dois será abordado o que são as instituições de memória, com ênfase em uma instituição de memória específica: o arquivo. Neste capítulo também serão abordados os paradigmas custodial e pós-custodial. O capítulo três tratará sobre a preservação da memória documental, o conceito de memória em ciência da informação, e a preservação da informação e suas correlações com a memória. O capítulo quatro abordará a metodologia, e o cinco os resultados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As instituições de memória

As instituições de memória foram criadas ao longo dos anos devido ao aumento da produção de documentos de modo geral, e somado a isso, houve a necessidade de disponibilizar o acesso aos registros criados pela sociedade. As instituições de memória pertinentes para essa pesquisa são: as bibliotecas, os arquivos e os museus.

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Zimrilim (cerca de 1782-59 a.C) faz do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pérgamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação de Ptolomeu. (LE GOFF, 1994, p. 434).

Diante do exposto, percebe-se que o homem sempre teve a necessidade de preservar a memória, o que levou a vários reis a criarem as instituições de memória. No que concerne as bibliotecas, são instituições que além de livros, abrigam os mais variados suportes informacionais. Elas podem ser bibliotecas públicas, privadas, especializadas, escolares e comunitárias.

No que diz respeito a instituição de memória arquivo, segundo Silva (2006) possui duas vertentes: serviço criado organicamente em uma determinada entidade e/ou uma instituição cultural (arquivo nacional, distrital ou municipal, público ou privado) destinado a tornar acessível a informação produzida/recebida por terceiros; e sistema semi-fechado de informação produzida/recebida por uma entidade ativa ou desativada no decurso de suas atividades.

Não se deve confundir Serviço de Arquivo (um departamento orgânico de uma entidade e/ou uma instituição mais complexa) com Arquivo = Sistema de Informação, consistindo este em toda a informação/documentação, nos seus diferentes tipos e registrada em diversos suportes, criada, recebida e acumulada (consagra, no sistema, a dimensão memória) por uma entidade, isto é, por uma instituição ou organização (de onde emana a estrutura orgânico-funcional do sistema). (SILVA, 2006, p.137-138).

Outra instituição de memória que vale enfatizar sua definição/função é o museu, que segundo o Conselho Internacional de Museus de 1975, traz a seguinte definição: [...] instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que investiga os testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e os expõe para uma função de pesquisa ou estudo, de educação e de deleite ou fruição. (DAVALLON, 1997, p. 421 apud SILVA, 2006, p. 156).

Diante das definições apresentadas acima, percebe-se que arquivos, bibliotecas e museus são instituições de memória com serviços bastante específicos. Apesar da biblioteconomia, da arquivologia, e da museologia serem áreas distintas, com referenciais teóricos e práticas diferentes, elas dialogam entre si. Esse diálogo ocorre através de um objetivo em comum das três áreas: disseminar a informação. As semelhanças dessas áreas por vezes são ignoradas pelos profissionais atuantes de cada uma delas.

2.2 Arquivo

Antes de abordar sobre o conceito de arquivo propriamente, é válido ressaltar o que são documentos de arquivo: são aqueles produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada no exercício de suas atividades. Os arquivos por sua vez, são instituições que mantêm sob a sua custódia documentos dos mais variados suportes. Os arquivos trabalham com procedimentos técnicos para reunir, organizar e conservar os documentos arquivísticos. Os arquivos podem ser públicos, institucionais, comerciais e pessoais. (DELMAS, 2010).

O documento de arquivo é o resultado de uma ação passada que se pretende guardar, ao longo do tempo, por um prazo mais ou menos extenso, para necessidades futuras. A guarda dos arquivos se inscreve na duração, no tempo longo da vida dos homens e das instituições [...]. (DELMAS, 2010, p. 61).

O documento arquivístico possui a seguinte característica: caráter orgânico que liga um documento ao outro do mesmo conjunto. Isto denomina-se “fundo de arquivo”, que tem a função de preservar e guardar os documentos no mesmo estado e contexto

em que foram produzidos. Segundo Delmas (2010) em 1841, o arquivista Natalis de Wailly concebeu a noção de fundo, formulando o princípio de respeito aos fundos como prática básica da arquivística, que garante ao usuário a total confiabilidade dos documentos consultados. É de extrema importância saber lidar com um fundo de arquivo, com seu caráter orgânico. Pensar que se alterar algo, como uma simples disposição dos documentos, pode-se fragmentar toda uma história. Aconselha-se deixar junto o material, não acrescentar nem retirar absolutamente nada, para não interferir na autenticidade do documento.

Assim como os seres humanos têm suas fases ao longo da vida, os documentos também possuem suas fases. Conforme Delmas (2010) em 1961, Yves Pérotin formulou a teoria das três idades dos arquivos, rebatizada pelos canadenses de ciclo de vida dos documentos, e pelos australianos como *continuum*. A primeira idade é a corrente, onde os documentos de arquivo são consultados com frequência e há uma demanda frequente sobre eles, nessa fase a criação e uso é constante. A segunda idade é a dos arquivos intermediários, que apesar de não serem consultados com frequência, é necessária sua permanência devido à possíveis demandas administrativas ou sociais. A terceira idade é a permanente, onde os documentos apesar de não serem mais utilizados, são conservados para fins probatórios ou devido ao seu valor histórico. Vale ressaltar que:

[...] a manutenção da integridade do fundo oferece, ao final de longo procedimento científico, uma reserva inesgotável de objetos de estudos e de conhecimento, além de lhes proporcionar valor probatório. Os fundos são unos e indivisíveis. (DELMAS, 2010, p. 69).

Para complementar a noção sobre o que são os arquivos, é importante destacar algumas designações pertinentes à área – os conceitos de arquivística e arquivologia:

Arquivística: Designação que se foi impondo ao longo do séc. XX em países como a Itália, a França, Portugal e Espanha, entre outros. Trata-se de um ramo ou disciplina aplicada da Ciência da Informação que incide sobre a produção, organização, fluxo, recuperação e uso, armazenamento e preservação da informação de diferentes tipos (e não apenas administrativa) feita e recebida por organizações públicas e privadas [...].

Arquivologia: Designação surgida no séc. XIX e mantida hoje na América Latina, havendo quem a use na Espanha, mas não de modo exclusivo, nem tão pouco dominante, para caracterizar uma abordagem científica (discursiva e racional) sobre Arquivo, quer

enquanto espaço institucional e/ou funcional, quer quanto ao que esse espaço contém (incorpora, acumula e disponibiliza). Nos países anglófonos a expressão vigente é *Archival Science*.” (SILVA, 2006, p. 137).

Tendo base no conceito de arquivo e nos conceitos relacionados a área da arquivologia, serão abordados na próxima seção os paradigmas custodial e pós-custodial. Para isso, serão citadas as características de ambos os paradigmas, a fim de esclarecer o objetivo e a perspectiva de cada um.

2.3 Paradigma custodial e pós-custodial

O paradigma custodial estendeu-se desde finais do séc. XVIII até meados do séc. XX. A matriz de formação na área da documentação/informação baseada nesse paradigma era histórico erudita, voltada para a custódia e para a elaboração de instrumentos de acesso destinados a auxiliar o trabalho dos historiadores. A partir do final de oitocentos, esse modelo francês ganhou novos contornos, com o aprofundamento do fazer tecnicista e uma maior autonomização da arquivística e da biblioteconomia. (SILVA, 2006).

No tocante ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista, a formação prática, recebida no espaço acadêmico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus, apontava claramente para a sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura “erudita”; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao “conteúdo” (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri Lafontaine). E para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência. (SILVA, 2009, p. 2-3).

Os traços do paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista são:

- Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte [...];
- Identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura “erudita” ou “superior” (as artes, as letras, a ciência) de um Povo em antinomia, mais ou menos explícita com a cultura popular, “de massas” e os “produtos de entretenimento”;

- Ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação (sob a égide de ideologias de pendor nacionalista) e, mais tarde, do Estado Cultural, apostado no reforço identitário da respectiva comunidade de cidadãos;
- Importância crescente do acesso ao “conteúdo”, através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), dos documentos percebidos como objetos/coisas patrimonializadas, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional (+ acesso);
- Prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arraigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca que a profissão de arquivista ou de bibliotecário gerou, naturalmente, disciplinas científicas autônomas). (SILVA, 2009, p. 49-50).

De acordo com Silva (2009) o paradigma pós-custodial caracteriza-se pela valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, prioriza o acesso à informação e empenha-se na compreensão do social/cultural, e possui base na lógica científico-compreensiva, ao invés da lógica instrumental. Vale ressaltar as áreas de problematização e estudo desse paradigma: a valorização do contexto de produção da informação; a análise dos fluxos e usos da informação; o estudo do comportamento informacional, com ênfase nas questões psicológicas e cognitivas. Os traços do paradigma pós-custodial, informacional e tecno-científico são:

- Valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenômeno (ou derivado informacional); Constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural-acesso/uso e, o segundo, na antinomia efêmero-permanente;
- Prioridade máxima concedida ao acesso à informação por todos, mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;
- Imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só

aparentemente “assépticos” ou neutros de criação, classificação, ordenação e recuperação. (SILVA, 2009, p. 49-50).

Enquanto o paradigma custodial se detém à questão da sobrevalorização da custódia, o paradigma pós-custodial é aquele cujo princípio está baseado em difundir o acesso à informação. Onde só o acesso ao público legitima as ações de custódia e de preservação. Sobre o paradigma pós-custodial:

É emergente porque está a surgir no dealbar, em curso, da Era da Informação e nos meandros de uma conjuntura de transição bastante híbrida, complexa e sujeita a um ritmo de inovação tecnológica e científica quase vertiginoso (a Sociedade da informação, em rede etc.). A Ciência da Informação trans e interdisciplinar, que defendemos, só é possível no seio de um modo de ver, de perspectivar distinto do modelado pelo paradigma anterior, em que a preocupação pela custódia e a “ritualização” do documento é secundarizada pelo estudo científico e pela intervenção teórico-prática na produção, no fluxo, na difusão e no acesso (comunicação) da informação (representações mentais e emocionais que podem estar em diversos suportes e em mutação constante). (SILVA, 2006, p. 158-159).

Entende-se que a Ciência da Informação é associada ao paradigma pós custodial, dessa maneira, a sacralização do documento realizada pelo paradigma custodial é substituída pela ênfase na informação e os processos que a envolvem. O homem atualmente vive de forma frenética, onde algumas atividades diárias requerem agilidade, e por vezes se resumem a um toque na tela de um *smartphone*. Diariamente inúmeras informações são disseminadas, para uma melhor qualidade do conteúdo dessas informações, é primordial o trabalho dos profissionais da informação que trabalham com a organização, o tratamento, e a disseminação das informações através da elaboração de resumos, índices, catálogos, entre outros mecanismos para recuperação da informação.

Assim, o paradigma pós-custodial se adequa melhor a realidade da sociedade atual, pois, como dito anteriormente ele valoriza a informação enquanto fenômeno humano e social e a prioridade máxima é o acesso à informação por todos. O acesso à informação por sua vez, relaciona-se com a L.A.I (Lei de Acesso à Informação). Segundo Silva (2016) a Lei de Acesso à Informação possui um teor associativo à causa documental [...]. A L.A.I N°12.527 para os pesquisadores e para os profissionais da área de arquivologia, surge como um marco na transparência das informações públicas no Brasil [...].

A Lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas [...]. (CGU, 2011).

De acordo com a L.A.I 12.527, o cidadão poderá solicitar o acesso às informações públicas, ressalvadas aquelas consideradas como sigilosas. É importante que instituições públicas ou privadas adotem as práticas de preservação documental, para que assim, possam ter condições de disponibilizar o acesso à determinados documentos quando a elas solicitados. Adequando-se assim a Lei de Acesso à Informação. Na seção seguinte será abordada a preservação da memória documental e outros fatores pertinentes à área.

3 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL

De acordo com Konrad e Merlo (2015) no dia 04 de novembro de 1966 houve uma forte enchente do Rio Arno, em Florença (Itália). Essa enchente degradou livros raros, esculturas, manuscritos, entre outras obras históricas. Em meio a isso houve a formação de um exército, composto por jovens voluntários que contavam com o auxílio de especialistas e restauradores internacionais. Eles ficaram conhecidos como os *gli angeli del fango* (anjos da lama), devido ao seu empenho em salvar obras com séculos de história. Com esse ocorrido foram adotadas as práticas de preservação documental. As práticas de preservação executam medidas de caráter preventivo, seja em documentos ou até mesmo em materiais tridimensionais (artefatos de museu por exemplo).

Ainda de acordo com Merlo e Konrad (2015) o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística traz a seguinte definição para preservação: prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico. É de suma importância observar os diversos agentes deteriorantes dos acervos, eles dividem-se em internos e externos. Os internos são resultantes da fabricação do papel, por exemplo, o emprego excessivo de alguns produtos químicos, processo mal realizado de cozimento das fibras, uso de tintas ácidas. Mas os observados nessa pesquisa são os externos, cuja natureza pode ser: física, química e biológica.

3.1 Agentes de deterioração

3.1.1 Agentes físicos

Conforme Coradi e Egger-Steindel (2008) a umidade e a temperatura são agentes físicos de deterioração, as variações de ambas podem causar alterações das fibras do papel, além de propiciar a proliferação de agentes biológicos: insetos, bactérias e fungos. A iluminação também é algo que requer observação, pois sendo inadequada poderá causar o escurecimento e o desbotamento do papel e das tintas, além de outros danos. É necessário o controle da incidência de luz, seja ela natural ou artificial. Outro agente degradante é a má ventilação, pois favorece a proliferação

de fungos e pragas. A água também pode ser nociva a um acervo, como é o caso das infiltrações ou até mesmo as enchentes. Incêndios causados por curto circuitos ou por descuido podem destruir um acervo. Outro fator danoso a um acervo é o lixo ou os restos de comida que atraem baratas, ratos e insetos.

3.1.2 Agentes químicos

Segundo as autoras Coradi e Egger-Steindel (2008) os agentes químicos são compostos por fatores como a poluição atmosférica ou ambiental, que causam danos severos ao papel. Os gases tóxicos existentes como óxido de carbono, nitrogênio e enxofre, reagem com a celulose e desencadeiam reações químicas que destroem o papel. A acidez por sua vez, embora seja um fator interno de degradação do papel, também pode ser causada por fatores externos: acidez do material utilizado para encadernação do livro, gases tóxicos, exposição excessiva à luminosidade. Agentes como a alcalinidade e a poeira também comprometem a vida útil do papel, pois afetam a sua resistência e facilitam a proliferação de microrganismos, deixando o documento úmido constantemente.

3.1.3 Agentes biológicos

Os agentes biológicos segundo Coradi e Egger-Steindel (2008) são os mais danosos, compostos por insetos, microrganismos, ratos e o próprio ser humano. Entre os insetos estão as traças, as baratas, as brocas e os cupins. As traças penetram nos livros, chegando ao ponto de retirar o brilho do papel. As baratas alimentam-se do papel e da cola usada no processo de encadernação, elas também são atraídas por resíduos de alimentos e gordura. As brocas danificam os livros desde larvas, se instalam no local e permanecem ali, abrindo caminho à medida que crescem. Os cupins podem causar sérios danos aos livros e documentos. Eles podem formar grandes ninhos subterrâneos alcançando as edificações, além de se alimentarem de papel úmido e repleto de microrganismos.

3.1.4 Microrganismos

Os microrganismos de acordo com Coradi e Egger-Steindel (2008) que são mais presentes no papel são os fungos e as bactérias. Eles alimentam-se da celulose e de outras substâncias. As principais causas da proliferação desses agentes são: temperatura e umidade elevada, e documentos depositados próximo ao solo, às paredes e aos tetos.

3.1.5 Ratos

Conforme Coradi e Egger-Steindel (2008) os ratos utilizam o papel para se aquecerem e para construir seus ninhos. Eles destroem acervos bibliográficos, além de oferecerem riscos à saúde das pessoas através das doenças que transmitem.

3.1.6 Pessoas

As pessoas por sua vez, segundo as autoras Coradi e Egger-Steindel (2008) provocam danos a acervos bibliográficos através de maus hábitos: dobrar páginas e orelhas dos livros, usar clipe metálico para marcar páginas, alimentar-se sobre os livros, riscá-los, manuseá-los com as mãos sujas, entre outros hábitos inadequados. Para evitar atitudes como essas, é necessária a conscientização por parte das pessoas que fazem uso de materiais bibliográficos.

Para prolongar a vida útil de livros e documentos é imprescindível que um acervo siga algumas medidas para a preservação documental. Segundo o Planor (2006) a preservação consiste em ações para salvaguardar e recuperar as condições físicas dos suportes, visando o acesso para as futuras gerações. Cassares (2000) afirma que a preservação é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que visam contribuir direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. Segundo a autora, temos as seguintes definições para conservação e restauração:

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico. (CASSARES, 2000, p. 12).

A necessidade de preservação documental e as práticas utilizadas para esse fim, comprovam também a necessidade de preservação da memória. O conceito fundamental para a presente pesquisa é o conceito de memória em ciência da informação, que se relaciona diretamente com as atividades executadas para a disseminação da informação.

3.2 O conceito de memória em ciência da informação

Durante a Antiguidade, em suas mitologias, os homens acreditavam que os deuses transitavam entre eles compartilhando seu conhecimento divino. Os gregos por sua vez, consideravam a memória uma deusa: a Mnemosine, que concedia seu dom aos homens. Diante disso, a memória tinha um sentido místico, pois as divindades se expressavam através de seus intérpretes, que eram os homens que lembravam, tornando-os assim imortais. (BARRENECHEA, 2005, apud OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2010) o conceito de memória e sua função começam a ser estudados por várias áreas do conhecimento a partir do século XIX. A memória é abordada em diversas áreas: psicologia, sociologia, história social, computação, entre outras, ela pode ser interpretada como memória cognitiva, virtual, artificial, individual, coletiva, etc. Resgatando um conceito de Jacques Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1994, p.423).

O conceito de memória em ciência da informação relaciona-se diretamente com a guarda, a preservação e o tratamento informacional dos suportes nas instituições de memória. Neste sentido ela relaciona-se com: a informação, a catalogação, a tecnologia, a organização e a representação do conhecimento.

No âmbito da Ciência da Informação (PINHEIRO, 2005, apud OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 2) identifica o conceito de memória na gênese da C.I.:

A Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o foco é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador. (PINHEIRO, 2005, p. 16).

Segundo Le Coadic (1996) para uma melhor compreensão do conceito de memória em ciência da informação, é necessário abordar o que é a C.I. e qual é o seu foco. O objeto de estudo da Ciência da Informação são as propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos). Ela facilita a disseminação do conhecimento humano, seja ele produzido no passado ou no presente. O que o homem faz/cria, fica registrado em algum suporte: seja ele uma simples folha de papel ou o mais complexo computador.

O surgimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) possibilitou a disseminação da informação de forma mais ágil e eficaz. Da utilização de um sistema arcaico como o tear de Jacquard, que era usado para escrever com seus cartões perfurados, o homem utiliza hoje o computador que permite registros através de bits.

A amplitude com que ocorre a codificação do conhecimento está intimamente ligada à tecnologia disponível. Das tabuletas de argila aos rolos de papiro, como suporte da escrita, ou do livro impresso à Internet como meio de publicação e difusão de materiais textuais e gráficos em geral, cada avanço tecnológico tem aumentado a facilidade com que o conhecimento pode ser codificado e difundido. O computador é a mais recente ferramenta para a codificação, reduzindo o conhecimento a uma série de dígitos binários. (ROBREDO, 2003, p. 24-25 apud OLIVEIRA, 2010, p. 45).

A recuperação da informação, outra raiz da C.I. identificada por Pinheiro (2002, apud OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009) é em sua essência mediada por representações

da informação, que remetem logicamente a questões cognitivas onde a memória se insere.

No seu tratado “*Traité de Documentation. Le livre sur le livre. Théorie et pratique*” (1934), marco fundador da Documentação, Paul Otlet, explicita a conservação como um dos objetivos da nova ciência por ele proposta. Apesar de não ser explícita a menção ao termo Memória, a ideia de formação e conservação de uma memória do conhecimento, através da preservação dos registros da informação perpassa o conteúdo da obra [...]. (PINHEIRO, 2002).

Desde de muito tempo percebe-se a necessidade de preservação da memória, por isso, vale salientar o papel das instituições voltadas para essa função. Essas instituições são lugares de memória – conceito histórico exposto na obra *Les Lieux de Mémoire*, de Pierre Nora.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos [...]. (NORA, 1993, apud BOECHAT, 2016).

De acordo com o autor os lugares de memórias são, portanto, restos: restos de um passado encantado, sacralizado, ritualizado. Esses lugares caracterizam-se por sua natureza tripla: material, funcional e simbólica. Eles variam desde elementos simbólicos materiais como monumentos, arquivos, calendários, até elementos aparentemente abstratos, como gerações - que são lugares dos quais abstratamente retiram-se valores e significados para o presente. (NORA, 1993 apud LIMA, 2017).

Segundo Halbwachs (1968) os lugares de memória são imbuídos de memórias individuais, coletivas, sociais e institucionais. As memórias individuais compreendem aquelas relacionadas ao simples ato de “lembrar”. Elas requerem a existência de uma pessoa na participação de determinado fato; seja como ator, ouvinte ou testemunha. A memória é a faculdade de armazenamento de informações, então podemos classificá-la como “memória individual”. Ainda segundo o autor, as memórias coletivas

são aquelas, que embora estejamos sós em determinadas situações, sempre estamos ligados a outros indivíduos, mesmo que não fisicamente, podemos estar ligados devido a memória coletiva, que gera em nós a ideia de pertencimento a um determinado local, tempo, etc. Sobre memória coletiva:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1968, p. 16).

A memória individual é reafirmada através da memória coletiva, a existência de outros indivíduos em um determinado fato reforça a memória do ocorrido. Para Halbwachs (1990, apud RODRIGUES, 2015, p. 3) a memória individual é apenas uma parte e um aspecto da memória do grupo. Mesmo quando esta é aparentemente mais íntima, se preserva uma lembrança duradoura na medida em que se refletiu sobre ela, ou seja, esta foi vinculada com os pensamentos do meio social. O autor conclui que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar experiências passadas com imagens e ideias contemporâneas. As memórias sociais recebem divergentes conceitos. Mas pode-se entendê-las como aquelas inseridas nas memórias coletivas. São um conjunto de acontecimentos compartilhados em sociedade.

Candau (2011 apud RODRIGUES, 2015, p. 246) reafirma a importância do espaço na construção e evocação da memória, assim como Halbwachs o faz em sua teoria, e observa que indivíduos “desterritorializados”, ou seja, que perderam os referenciais que os orientavam no mundo, tornam-se sujeitos sem identidade, pois perderam também sua memória. Conclui-se, a partir destes dois importantes teóricos, que a memória social se materializa através da utilização de símbolos identitários, que por sua vez constituem os lugares de memória. Os lugares de memória se configuram [...] como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva. (SILVEIRA, 2010 apud RODRIGUES, 2015).

Por fim, as memórias institucionais configuram-se como um conjunto de procedimentos e técnicas adotados por determinada instituição, a fim de preservar a memória da mesma, disponibilizando para o público externo o seu histórico, seus feitos, e sua trajetória na sociedade.

Preservar a memória institucional não é só resgatar o passado. Também é compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada

período. É ter referenciais consistentes para construir o presente e planejar o futuro. É descobrir valores e renovar os vínculos. É refletir sobre a história, não apenas como quem recorda, mas exercitando uma verdadeira práxis, em que a reflexão e a prática andam lado a lado. (FUNDACENTRO, 2017¹).

Os lugares de memória não existem isoladamente e independentemente, em sua composição estão inseridas as múltiplas facetas da memória, cada uma com sua especificidade, mas todas com valores históricos e de conhecimento para o homem. As instituições voltadas à preservação da memória, configuram-se como lugares de memória importantes para a preservação do conhecimento humano. A preservação do saber da humanidade, garante também a preservação da informação, conseqüentemente sua posterior disseminação.

3.3 A preservação da informação e suas correlações com a memória

O conceito de memória está ligado à preservação da informação quando existe a devida guarda e conservação dos materiais informacionais, e eles garantem por sua vez, a preservação da memória. Um campo que trata de questões voltadas aos problemas da comunicação, e também da preservação da informação é a C.I.

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47, apud QUEIROZ; MOURA, 2015).

Um dos princípios da Ciência da Informação é a diminuição dos problemas (ruídos) na comunicação. A inserção das TIC's revolucionou a comunicação e facilitou a disseminação do conhecimento. De acordo com o Portal da Educação (2017) as Tecnologias de Informação e Comunicação surgiram na metade de 1970, no contexto da Terceira Revolução Industrial e Revolução Informacional. No documentário "Ordem e Desordem – A História da Informação" (2012) observa-se fatos como: o surgimento

¹ Documento *on line*. Não paginado. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

da eletricidade no séc. XIX, a invenção do telégrafo em 1840, o estudo matemático de Alan Turing (1936) que estabeleceu os princípios teóricos do computador, entre outros acontecimentos que resultaram nessa era altamente tecnológica.

Ainda de acordo com o Portal da Educação (2017) o grande avanço das TICs ocorreu a partir de 1990, com o objetivo de captar, transmitir e distribuir de forma precisa e rápida as informações, utilizando as telecomunicações e a Internet. Para a sociedade industrial, o valor está na quantidade de bens produzidos, por isso muitas empresas investiram e ainda investem potencialmente nessas tecnologias. O desafio para a sociedade e para os profissionais da informação (bibliotecários, museólogos, arquivistas e cientistas da informação) é se adaptar às novas tecnologias. Acompanhar esse ritmo frenético da sociedade para não cair na obsolescência.

Segundo Araújo (2013) a preservação da informação pode ser documental – correspondente a um suporte analógico. Pode ser realizada através dos processos de: preservação, conservação e restauro. Ou pode ser digital – correspondente a um suporte digital. Pode ser realizada através dos seguintes processos: preservação tecnológica, emulação, entre outros. Algo que a tempos atrás era inviável, hoje em dia é realizado (o processo de digitalização de acervos documentais). Esse processo permite a conversão da informação analógica para formato digital, graças a inserção das tecnologias de informação e comunicação. A digitalização consiste em:

Processo que relaciona tanto a Preservação Documental quanto a Digital, uma vez que, ao transferir uma informação para um suporte digital, o original desta (suporte analógico) precisa estar em condições mínimas de conservação e/ou restauro (em casos mais extremos), possibilitando a leitura óptica e sua conseqüente mudança de suporte [...]. Após este documento ser digitalizado, é necessário que sejam aplicadas as estratégias de Preservação Digital, para que as informações contidas neste não se percam diante da obsolescência das TIC's. (ARAÚJO, 2013).

Os avanços das tecnologias ocorridos ao longo do tempo resultaram em uma sociedade constantemente ligada aos aparatos tecnológicos, eles permitem melhores condições de armazenamento e disseminação do conhecimento humano, assim o processo de preservação da memória pode se realizar de forma mais ágil e eficaz. O processo de digitalização é um exemplo das melhorias que as tecnologias permitiram para a sociedade, pois através dele, é possível a preservação dos documentos à medida que as pessoas passam a ter contato com o suporte digital ao invés do físico.

Também permite a disseminação de informações, visto que após a digitalização os materiais tornam-se digitais e podem ser disponibilizados na *web*.

Diante do exposto acima, percebe-se que após a inserção das TICs no cotidiano da humanidade, a preservação da informação tornou-se algo mais simples. Graças a determinados recursos e procedimentos tecnológicos é possível a preservação da informação de maneira mais duradoura.

4 METODOLOGIA

Metodologia é um conjunto de métodos que regem uma investigação científica, através dela foi realizado um estudo prévio dos métodos para determinar quais foram mais indicados para a elaboração da seguinte pesquisa. Foi realizada uma pesquisa de campo a fim de obter informações e/ou conhecimento acerca do arquivo analisado. A pesquisa de campo utilizada possui caráter exploratório, subdividido em exploratório-descritivos combinados.

Exploratórios – são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para o estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem. Muitas vezes ocorre a manipulação de uma variável independente com a finalidade de descobrir seus efeitos potenciais. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 171).

Estudos exploratório-descritivos combinados – são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas [...]. Dá-se precedência ao

caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos são flexíveis. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 171).

A obtenção de informações do arquivo foi através da observação assistemática, também denominada de espontânea, livre, simples ou ocasional. Lakatos e Marconi (2010) afirmam que nesse tipo de observação o pesquisador recolhe e registra os fatos da realidade sem utilizar meios técnicos especiais ou fazendo perguntas diretas, é mais empregada em estudos exploratórios. Foi empregado o uso da documentação indireta, pois para a realização da pesquisa tornou-se necessária uma pesquisa bibliográfica e documental.

O método de abordagem empregado foi o indutivo, ele parte de dados suficientemente constatados, onde infere-se uma verdade geral ou universal, não apresentada nas partes examinadas. Dessa maneira, o objetivo dos argumentos indutivos leva a conclusões cujo conteúdo é maior do que o das premissas que o basearam. (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Desde o aparecimento no *Novum organum*, de Francis Bacon (1561-1626), o método indutivo passou a ser visto como o método por excelência das ciências naturais. Com o advento do positivismo, sua importância foi reforçada e passou a ser proposto também como o método mais adequado para investigação nas ciências sociais. (GIL, 2008, p. 11 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 29).

De acordo com Gil (2008, apud PRODANOV; FREITAS, 2013) não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. Seu surgimento serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e se dispusessem a adotar a observação como procedimento fundamental para atingir o conhecimento científico. A partir desse método, foram definidas técnicas de coleta de dados e elaborados instrumentos capazes de mensurar os fenômenos sociais.

Para realização da pesquisa também foram empregados métodos de procedimento. Esses métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. (GIL, 2008, p. 15 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 36).

Segundo Prodanov e Freitas (2008) nem sempre um método é adotado exclusivamente para uma investigação científica. É comum a adoção de dois ou mais métodos combinados, pois nem sempre um único método é o bastante para nortear

todos os procedimentos que serão desenvolvidos ao longo da pesquisa. Os métodos de procedimento utilizados para realização da pesquisa foram o histórico e o monográfico. O histórico foi adotado tendo em vista a utilidade da abordagem de alguns contextos históricos, desde o que diz respeito à necessidade de registro do homem até a adoção das políticas de preservação.

[...] Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época [...]. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 88-89).

O método monográfico foi adotado tendo em vista que a pesquisa de campo é um estudo de caso do arquivo do jornal “O Diário de Natal”. Segundo Lakatos e Marconi (2010) esse método consiste no estudo de determinados indivíduos, condições ou instituições, a fim de obter generalizações.

O público-alvo da pesquisa é a comunidade acadêmica da UFRN e a população em geral. A finalidade do trabalho é gerar a conscientização sobre a importância da preservação da memória do Estado, realizada através do uso das políticas de preservação, e também por meio da conscientização da população. Espera-se que através dessa pesquisa os potiguares tenham mais acesso a sua própria história, e possam ter o devido conhecimento do seu direito como cidadãos ao acesso à informação.

5 RESULTADOS

5.1 O acervo do jornal “O Diário de Natal”

O arquivo do jornal “O Diário de Natal” está localizado no Museu Câmara Cascudo, que além do arquivo também abriga uma biblioteca. O jornal “O Diário de Natal” foi criado em 18 de setembro de 1939, por Aderbal França, Waldemar Araújo, Rivaldo Pinheiro e Djalma Maranhão. Na época denominava-se apenas “O Diário”, só em 1947 que passou a ser “O Diário de Natal”, pois o jornal integrou-se ao grupo empresarial Diários Associados S/A. Também existiu O Poti, uma edição que circulava aos domingos. O jornal circulou por mais de 70 anos, sendo extinto em 02 de outubro de 2012. (UFRN, 2018).

Ainda segundo a UFRN (2018) o acervo do jornal já passou por várias locações, atualmente encontra-se sob custódia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Chegou ao Museu Câmara Cascudo em 2013 por intermédio de uma decisão jurídica da 41ª Promotoria da Justiça do RN.

Seu acervo é composto por coleções de fotografias, periódicos microfilmados, obras bibliográficas e periódicos impressos (jornais, revistas e recortes de jornais). No acervo cedido pela Editora Diários Associados S/A à UFRN estão os seguintes materiais: mobiliário (arquivos, estantes e armários em aço), o acervo museológico, composto por peças que representam a cultura nordestina, que foi incorporado ao acervo do Museu Câmara Cascudo. Já o acervo bibliográfico, é composto por coleção de recortes de jornais e revistas de fontes diversas, coleção de obras bibliográficas, microfilmes, jornais encadernados, revistas, vídeos, fitas, e uma parte da coleção impressa da Tribuna do Norte e do jornal A República.

O arquivo também possui a coleção impressa do Diário de Natal e o Poti, e uma coleção de recortes de jornais que aparentemente está com o arranjo original, mas com as pastas desordenadas no interior das gavetas. O acervo também possuía uma coleção de microfilmes, que foi transferida para o Departamento de História da UFRN. Essa coleção é composta por cópias das publicações do jornal “O Diário de Natal” / O Poti, e de outros periódicos que circulavam no estado. Encontravam-se acondicionados no Museu Câmara Cascudo em armários de aço com algumas

gavetas travadas, e os rolos de filme estavam ordenados cronologicamente, mas com algumas caixas fora de ordem. (UFRN, 2018).

De acordo com a UFRN (2018) a coleção impressa do jornal “O Diário de Natal” está depositada em uma sala de exposição no pavilhão principal do MCC, sendo a maior parte acondicionada em caixas de papelão, empilhadas indevidamente umas sobre as outras, com a identificação dos volumes precária ou inexistente. Esta sala é inadequada para a guarda dos materiais, pois apresenta as seguintes falhas: distribuição incorreta dos aparelhos de ar condicionado, parâmetros ambientais incorretos e ausência de um sistema de controle termo higrométrico. Atualmente o acervo encontra-se indisponível para pesquisa, pois observa-se no arquivo que os documentos apresentam marcas em decorrência do tratamento recebido ao longo do tempo e devido ao transporte. Os problemas observados no arquivo são:

- Materiais com danos em consequência do manuseio;
- Guarda e acondicionamento incorretos, tendo em vista que há caixas com grande volume de documentos, empilhadas umas sobre as outras provocando assim danos ao material, e localizadas tanto nas estantes como no chão da sala;
- Ausência de processamento técnico do material;
- Identificação dos materiais precária ou inexistente;
- Volumes dispersos;
- Estado de conservação dos suportes documentais em situação de degradação;
- As fotografias estão classificadas por assuntos gerais, nomes de pessoas, entre outras classificações, mas encontram-se em caixas de arquivo misturadas entre si;

Figura 1 – Sala de acondicionamento do arquivo



Fonte: Autoria própria (2018)

- Jornais sem proteção nas estantes;

Figura 2 – Jornais em processo de degradação



Fonte: Autoria própria (2018)

- Fotografias entulhadas nas caixas;

Figura 3 – Parte do acervo de fotografias



Fonte: autoria própria (2018)

- A estrutura de acondicionamento é insuficiente, pois, há corrosão nas estantes de aço, e as caixas apresentam deterioração, além de estarem em contato direto com as paredes do edifício e no chão;

Figura 4 – Armários com corrosão



Fonte: autoria própria (2018)

- Há infiltrações na sala;

Figura 5 - Infiltrações



Fonte: autoria própria (2018)

- A instalação elétrica fica próximo das caixas, correndo assim o risco de um curto-circuito e perda dos materiais.

Figura 6 – Caixas com fotografias próximas às instalações elétricas



Fonte: autoria própria (2018)

5.2 Proposta de preservação: o caso do jornal “O Diário de Natal”

A partir dos métodos empregados para realização da pesquisa, observou-se que no arquivo do jornal “O Diário de Natal” as práticas de preservação não são executadas plenamente. As únicas medidas de caráter preventivo que estão sendo empregadas para trato do acervo são: controle da luz e radiação ultravioleta, pois na maior parte do tempo as lâmpadas permanecem desligadas; e controle de temperatura e umidade relativa, pois no arquivo a temperatura encontra-se superior a ideal. As principais medidas de preservação a serem executadas no acervo do arquivo são os processos de: **Conservação, Restauração e Digitalização.**

Como já exposto, o processo de conservação segundo Cassares (2010) consiste em ações estabilizadoras a fim de desacelerar o processo de degradação dos documentos, realizada através de controle ambiental, reparos, higienização, entre outros procedimentos. O processo de restauração visa a estabilização ou a reversão de danos físicos, de modo que não comprometa a integridade dos documentos. O processo de digitalização por sua vez, consiste em converter documentos físicos em formato digital. Além de ser uma medida de preservação, a digitalização facilita o acesso à informação.

A digitalização tem por finalidade possibilitar que o órgão produtor ou aquele que tem a custódia da documentação disponibilize seu acervo à consulta, sem necessidade do manuseio dos originais. Os documentos submetidos ao processo de digitalização são armazenados em suportes magnéticos e ópticos, e a pesquisa é feita por meio de terminais de computadores. A facilidade de acesso – “a possibilidade de consulta a documentos e informações” – permite que um determinado documento seja utilizado de maneira rápida e eficiente, sem qualquer preocupação quanto a sua integridade física. A reprodução digital de documentos se instala, assim, no campo da conservação de documentos, ao mesmo tempo em que renova a consulta e o acesso à informação [...]. (FREITAS; NAUSS, 2009, p. 7).

Segundo a resolução N° 31 do CONARQ, que trata das recomendações para digitalização de arquivos permanentes, apresenta a seguinte definição para digitalização:

Entendemos a digitalização como um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (*binary digit*) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados. De acordo com a natureza do

documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (*hardware*) e programas de computadores (*software*) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais. No entanto, o produto dessa conversão não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado. A digitalização, portanto, é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo documental. (CONARQ, 2010, p.5-6).

Conforme a resolução nº 31 do CONARQ estão as seguintes recomendações para os arquivos permanentes:

- Captura digital em imagem de documentos planos e encadernados: impressos, manuscritos, mapas, plantas, desenhos, gravuras, cartazes, microformas, dispositivos, negativos, cópias e ampliações fotográficas;
- Padrões e boas práticas mínimas para a captura digital de imagens; produção de matrizes e derivadas, identificação do representante digital e controle de qualidade;
- Formatos digitais para representantes digitais matrizes e derivados;
- Metadados técnicos;
- Boas práticas gerais para armazenamento, segurança e preservação dos representantes digitais;
- Utilização de serviços terceirizados para a captura digital, armazenamento e acesso aos representantes digitais. (CONARQ, 2010).

No acervo do arquivo do jornal “O Diário de Natal”, existem materiais acomodados de forma desordenada e alguns com identificação precária ou inexistente. Diante disso, além da implementação das políticas de preservação (conservação, restauração e digitalização), são necessários os procedimentos de organização e processamento técnico dos materiais. Com a plena execução das políticas de preservação documental, e as medidas de organização do acervo, somado ao cumprimento das recomendações do CONARQ, no que diz respeito a digitalização, o arquivo terá condições de preservar a memória do estado do Rio Grande do Norte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada no arquivo do jornal “O Diário de Natal”, observou-se a necessidade urgente da execução das práticas de preservação documental, tendo em vista que se trata de um acervo antigo e com grande valor histórico para o estado do Rio Grande do Norte.

Constatou-se que o arquivo do jornal “O Diário de Natal”, apesar de ser custodiado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, não apresenta condições satisfatórias de preservação dos documentos nele contido. Vale ressaltar, que havendo a execução das práticas de preservação, elas garantirão também a preservação da memória. De acordo com o paradigma pós-custodial abordado durante a pesquisa, só o acesso ao público justifica e legitima a ação de custódia. Sendo assim, para que a ação de custódia realizada pela UFRN seja justificada, é necessário a adoção das medidas de preservação, para que assim haja condições de disponibilização do acervo ao público.

As medidas de preservação propostas durante a pesquisa são as medidas de: conservação, restauração e digitalização. A adoção da medida de conservação para o arquivo é importante, pois visa a realização de determinados procedimentos para impedir maiores danos ao acervo. Já a restauração, por sua vez, busca reparar os danos já existentes nos materiais informacionais. A digitalização objetiva também a conservação dos documentos, pois eles deixam de ser manipulados e passam para o formato digital, possibilitando assim a conservação do material físico e o acesso à informação. Porém, observou-se que nenhuma dessas medidas estão sendo executadas no arquivo. As únicas medidas de caráter preventivo que estão sendo realizadas é o controle da temperatura e a da incidência de luz. Os agentes de deterioração encontrados no arquivo são diversos: infiltrações; riscos de incêndio - devido as caixas de arquivos que se encontram localizadas próximas a fiação elétrica; caixas com documentos em contato com o solo, entre outros danos. Caso tais danos não sejam revertidos, haverá uma perda significativa no acervo, e isto acarretará a fragmentação de toda uma história, prejudicando assim, a formação cultural cidadã.

Outro ponto em que o arquivo deve atentar-se, é a questão da noção de fundo arquivístico, visto que no acervo alguns volumes encontram-se dispersos devido a uma seleção/separação dos materiais que se encontram mais danificados, alterando assim o caráter orgânico da produção dos documentos, e conseqüentemente

fragmentando também a história. Havendo a implementação das medidas de caráter preventivo, determinadas coleções de jornais que se encontram dispersas poderão ser unidas novamente.

Devido à preocupação com a preservação da memória potiguar, foi criada uma Comissão composta por servidores da UFRN para intervenção no arquivo do jornal “O Diário de Natal”, porém, ainda não se realizou nenhum dos procedimentos de preservação. No que concerne à organização, o arquivo também deixa a desejar, pois existem materiais com identificação precária ou inexistente. Para isso, terá que ser realizado o tratamento dos materiais informacionais do acervo.

O arquivo atualmente não se encontra disponível para consulta, e isto contradiz diretamente a questão do acesso as informações públicas proposto pela L.A.I 12.527. Vale ressaltar, que isso se aplica à determinados documentos, por exemplo, o acervo fotográfico só poderá ser divulgado ao acesso público com autorização, devido ao direito da imagem. A não execução das políticas de preservação no arquivo do jornal “O Diário de Natal”, é em decorrência da falta de recursos financeiros, sendo de responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - órgão responsável pela custódia do arquivo, buscar parcerias públicas e privadas que possam contribuir com esta causa, possibilitando assim condições de acesso ao público em geral, e a própria comunidade acadêmica da instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **Gestão Eletrônica de Documentos: Conceitos e Processos: Transferência de Suporte (Microfilme e Digitalização):** 32 slides, color.

_____. **Instituições de Memória:** 37 slides, color.

AUGUSTO, Thalles de. **As bibliotecas da Idade Média.** 2016. Disponível em: <<https://frontispicio.wordpress.com/2016/03/20/as-bibliotecas-da-idade-media/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BOECHAT, Leandro. **Entre a memória e o mercado:** identidade, (re)significação e cultura empresarial. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

CASSARES, Norma Cianflone; TANAKA, Ana Paula Hirata. **Preservação de acervos bibliográficos:** homenagem à Guida Mindlin. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, 2008.

CGU. **Acesso à informação pública:** uma introdução à lei n ° 12. 527, de 18 de novembro de 2011. 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CONARQ. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.** 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CORADI, Joana Paula; EGGGER-STEINDEL, Gisela. Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. **Revista Abc: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, n. 2, p. 347-363, dez. 2008. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/588/693>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

DELMAS, Bruno. O que são arquivos? **Arquivos para quê?** São Paulo: iFHC, 2010.

FREITAS, Carla Regina; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.3-16, jun. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/32/498>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras**. 2006. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/diretrizes.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FUNDACENTRO. **A importância da memória institucional**. 2017. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional>>. Acesso em: 13 nov. 2017. Documento *on line*. Não paginado

GOFF, Jacques Le. **Memória. História e Memória**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994. Cap. 9. Tradução de: Bernardo Leitão.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva e memória individual. A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1968. Cap. 1. p. 1-133.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. São Paulo, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

LE COADIC, Yves-françois. **A ciência da informação: uma ciência, uma indústria para a informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. **Necessidade de história, necessidades de lugares de memória**. Natal: Vídeo, 2017. 10 slides, color.

LUGARES de memória. In: WIKIPÉDIA, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lugares_de_memória>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MUSEU CÂMARA CASCUDO. **Do material cedido pela editora o Diário S/A**. 2018, p. 4.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8524/1/ARTIGO_ConcepcoesMemoriaCie ncialInformacao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____; _____. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em**

Revista, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8511/1/ARTIGO_ConceitoMemoriaCienficialnformação.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na ciência da informação no brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 196 f. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15452>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ORDEM e Desordem - A História da Informação. BBC, 2012. (59 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ppNCQ5cC5uA>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PERREIRA, Felipe Caldonazzo de Almeida; SERAFIM, Jucenir da Silva, MOLINA, Letícia Gorri. Memória para a ciência da informação: um trabalho interdisciplinar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS: SEPECH, 11., 2016, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina, 2016. 9 p. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt13_163.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Histórico**: tecnologias de informação e comunicação: TICS. 2017. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/historico-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-tics/53796>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2018.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

RIBEIRO, Deyse. **A enchente de florença de 1966**: o dia em que o Arno transbordou. Disponível em: <<https://passeiosnatoscana.com/2016/10/25/a-enchente-de-florenca-de-1966/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

RODRIGUES, Marcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, ago. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/54754>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p.1-9, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>>. Acesso em: 23 maio 2018.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 47-52, ago. 2009.

_____. **A ciência da informação e a transição paradigmática**. 2018. Disponível em: <http://ibi.unam.mx/publicaciones/275/objeto_estudio_bibliotecologia_A_ciencia_da_informacao_Armando_Malheiro.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Ismaelly Batista dos Santos. **Diálogos sobre preservação documental e ciência da informação**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/8298>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 88, n. 1, p.56-99, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Propostas de intervenção à preservação do acervo do jornal “o Diário de Natal” da editora diários associados S/A**. 2018, p. 32.